

Vila São José Bento Cottolengo

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2021

e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

M





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Aos
Administradores e Acionistas da
Vila São José Bento Cottolengo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Vila São José Bento Cottolengo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vila São José Bento Cottolengo em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes



transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 28 de março de 2022

MAPAH AUDITORES
INDEPENDENTES S/
S.:05974926000100

Assinado de forma digital por
MAPAH AUDITORES INDEPENDENTES
S/S.:05974926000100
Dados: 2022.04.18 06:58:41 -03'00'

MAPAH Auditores Independentes S/S Ltda.
Auditores Independentes
CRC nº 001080/O-0.

MANOEL ESTEVAM
DE FARIAS
FILHO:69939861168

Assinado de forma digital por
MANOEL ESTEVAM DE FARIAS
FILHO:69939861168
Dados: 2022.04.18 06:56:59 -03'00'

Manoel Estevam de Farias Filho
Contador CRC nº 014095/O-3

VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO
CNPJ: 00.420.371/0001-22

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

ATIVO

	Notas		
	<u>Explicativas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.787.251	9.085.221
Caixa e bancos contas vinculadas	8	94.736	29.377
Aplicações financeiras vinculadas (Convênios órgãos públicos)	8	8.999.185	14.665.177
Contas a receber do SUS	9	6.626.332	4.037.083
Contas a receber operadoras de Planos de Saúde e particulares	9	168.798	123.025
Estoques	10	3.621.102	5.474.548
Adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber	11	4.073.128	2.427.444
Despesas antecipadas		28.095	17.516
		<u>31.398.627</u>	<u>35.859.391</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo	12	2.364.143	2.187.339
Investimentos		5.804	5.142
Imobilizado líquido	13	27.486.855	23.846.148
Intangível	13	35.863	96.472
		<u>29.892.665</u>	<u>26.135.101</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>61.291.292</u></u>	<u><u>61.994.492</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO
 CNPJ: 00.420.371/0001-22

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em reais)

PASSIVO

	Notas <u>Explicativas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores e prestadores de serviços	14	2.982.530	2.832.495
Salários e encargos trabalhistas	15	3.686.268	3.400.062
Encargos sociais e impostos retidos a recolher	15	567.403	2.601.642
Convênios em execução (órgãos públicos)	16	10.739.990	15.841.236
Outras contas a pagar		50.487	15.802
		<u>18.026.678</u>	<u>24.691.237</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos AFIPE	18	11.100.000	11.100.000
Receitas a realizar. Subvenções e doações de órgãos públicos a apropriar	17	8.648.006	10.400.673
Provisão para contingências		46.023	8.121
		<u>19.794.029</u>	<u>21.508.794</u>
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio social		16.481.007	16.481.007
Reserva de doações		123.645	123.645
Deficit acumulado		(810.191)	(8.001.492)
Superavit/deficit do exercício		7.676.124	7.191.301
		<u>23.470.585</u>	<u>15.794.461</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>61.291.292</u></u>	<u><u>61.994.492</u></u>

VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO
CNPJ: 00.420.371/0001-22

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERAVIT/DEFICIT
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	Notas <u>Explicativas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITA OPERACIONAL			
Prestação de serviços a pacientes do SUS		31.344.527	33.690.794
Prestação de serviços a operadoras de planos de saúde e particulares		3.537.706	3.052.869
(-) Glosas		<u>(17.393)</u>	<u>(23.734)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		34.864.840	36.719.929
CUSTO OPERACIONAL			
Pessoal e encargos		(19.524.429)	(18.066.938)
Materiais e medicamentos		(15.320.606)	(10.493.324)
Serviços de terceiros		(5.006.918)	(3.188.340)
Amortização/depreciação do intangível e imobilizado		<u>(1.644.254)</u>	<u>(1.448.102)</u>
		(41.496.207)	(33.196.704)
RESULTADO BRUTO		(6.631.367)	3.523.225
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(13.364.992)	(10.738.342)
Despesas com PECLD		99.402	(1.146.176)
Despesas gerais		(289.167)	(99.929)
Despesa - Renúncia fiscal - Contribuições INSS e COFINS	20	<u>(11.089.436)</u>	<u>(8.624.965)</u>
		(24.644.193)	(20.609.412)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Doações e subvenções recebidas	19	20.119.325	13.448.338
Receita de aluguéis		1.379.423	754.148
Receita - Renúncia fiscal - Contribuições INSS e COFINS	20	11.089.436	8.624.965
Outras receitas		<u>5.427.193</u>	<u>1.490.992</u>
		38.015.377	24.318.443
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.739.817	7.232.256
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		1.055.154	67.400
Despesas financeiras		<u>(118.846)</u>	<u>(108.356)</u>
		936.308	(40.956)
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO		<u>7.676.124</u>	<u>7.191.300</u>

VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO
CNPJ: 00.420.371/0001-22

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit/deficit do exercício	7.676.124	7.191.300
Ajustes:		
Valor da amortização e depreciação do intangível e imobilizado	1.644.254	1.448.102
Resultado na alienação/baixa de bens do imobilizado	(729.521)	(25.061)
Provisão para contingências trabalhistas	37.902	8.121
Provisão/ reversão PECLD	(99.402)	0
Atualização monetária de investimentos	(90.313)	0
Reconhecimento da receita subvenções p/aquisição bens do imobilizado	(681.314)	(640.449)
Superavit/Deficit ajustado	<u>7.757.731</u>	<u>7.982.013</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Bancos e aplicações financeiras vinculadas	5.600.633	(13.966.678)
Contas a receber do SUS	(2.381.571)	(638.988)
Contas a receber de operadoras de Planos de Saúde	(45.773)	493.920
Estoques de materiais de consumo e medicamentos	1.853.446	(3.415.847)
Outras contas a receber do circulante e não circulante	(1.670.265)	(1.082.880)
(Aumento) redução nos passivos operacionais		
Fornecedores e prestadores de serviços	150.035	(1.343.542)
Salários e encargos trabalhistas e sociais a pagar	(1.931.444)	116.974
Convênios em execução (Órgãos públicos)	(9.400.356)	13.933.421
Receita antecipada	0	(756.658)
Outras contas a pagar do circulante e não circulante	34.685	(38.248)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(32.879)</u>	<u>1.283.487</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Valor da venda de bens do imobilizado	940.600	37.400
Aquisição de investimentos	(661)	(220)
Aquisição de imobilizado/intangível	(5.432.787)	(1.205.540)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(4.492.848)</u>	<u>(1.168.360)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Doações recebidas do governo, empresas e pessoas físicas para aquisição/construção de bens do imobilizado	3.227.757	5.757.576
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.227.757	5.757.576
Aumento/diminuição líquida do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.297.970)</u>	<u>5.872.703</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9.085.221	3.212.518
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u><u>7.787.251</u></u>	<u><u>9.085.221</u></u>

VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO
CNPJ: 00.420.371/0001-22

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Doações	Deficit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.481.008	123.645	(8.001.492)	8.603.161
Deficit do exercício	-	-	7.191.300	7.191.300
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.481.008	123.645	(810.192)	15.794.461
Superavit do exercício	-	-	7.676.124	7.676.124
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>16.481.008</u>	<u>123.645</u>	<u>6.865.933</u>	<u>23.470.586</u>



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

A VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, prestadora de serviços na área da saúde, educação e assistência social, situada na Avenida Coronel Gabriel Alves de Carvalho, nº. 163 – Bairro Santuário – Trindade – Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 00.420.371/0001-22 e no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) sob o nº. 2535939. Certificada pelo Ministério da Saúde como Entidade Beneficente de Assistência Social da área da saúde e reconhecida como Utilidade Pública nas esferas Federal, Estadual e Municipal, devidamente registrada nos conselhos de Assistência Social, de Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Criança e do Adolescente. Fundada em 11 de fevereiro de 1951, habilitada como Centro Especializado em Reabilitação Física, Auditiva e Intelectual, oferta ainda leitos de internação de longa permanência, além de oferecer um Centro Médico que presta serviços de consultas, exames e cirurgias. Atuante também na educação mantém conveniado com a Secretaria de Estado da Educação o Centro de Ensino Especial São Vicente de Paulo para educação especial inclusiva.

Com 80% de seus leitos ofertados ao SUS e 20% a convênio e particulares oferece na modalidade longa permanência 337 leitos para pacientes crônicos com deficiências múltiplas, sendo 269 para pacientes SUS e 68 ofertados a Secretaria de Estado do Trabalho Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDES/DF. Os leitos cirúrgicos constam 25 e os de clínica médica 02. Possui ainda 22 leitos para observação e 10 de isolamento.

Na atenção Ambulatorial, em 2021 foram realizadas 27.190 consultas, 89.662 exames para diagnóstico, 1.713 procedimentos ambulatoriais, 3.401 cirurgias, 15.148 atendimentos odontológicos, 3.156 internações pacientes/dia de longa permanência. No Serviço de Reabilitação Física foram realizados, entre avaliações/concessões e terapias 95.819 atendimentos sendo dispensadas 5.901 órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção – OPM's. No Serviço de Medicina Auditiva foram dispensados 9.082 aparelhos auditivos.

Ressalta-se que no exercício de 2021 foram realizados 251.072 atendimentos sendo mais de 93% pelo Sistema Único de Saúde - SUS

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para pequenas e médias empresas e ITG 2002(R1) –Entidades sem finalidade de lucros,



aprovadas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1255/2009 e 1.409/12 respectivamente.

Como entidade beneficente de assistência social observa o que dispõe a Lei nº 12.101/09, com alterações da Lei 12.868/13, o Decreto nº 8.242/14, as orientações do Ministério da Saúde e demais disposições legais às quais está sujeita.

3. Moeda funcional e apresentação

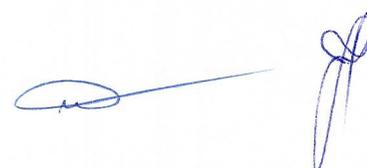
As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da entidade.

4. Origem e aplicação dos recursos

Os recursos gerados pela Vila são provenientes das suas atividades operacionais, realizadas exclusivamente no campo da saúde. Esses recursos foram totalmente aplicados nas atividades operacionais, viabilizando o atendimento aos destinatários das políticas públicas e assistência social.

5. Sumário das principais práticas contábeis

- a) As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência;
- b) Os ativos e passivos vencíveis até o término do exercício seguinte estão classificados como circulantes e os excedentes a esse prazo como não circulantes;
- c) Os estoques de materiais e medicamentos são mensurados pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado;
- d) Os direitos e as obrigações legais ou contratualmente sujeitos a atualização monetária ou encargos financeiros foram atualizados até a data do balanço;
- e) As subvenções e doações recebidas para construções, aquisição de equipamentos e bens do Ativo Imobilizado são contabilizadas como "Receitas a Realizar", no passivo não circulante, e apropriadas nas contas de receitas no mesmo valor à época da depreciação dos bens adquiridos e/ou construídos com esses recursos;
- f) Os valores do Integrarus, IAC e as doações recebidas para custeio são reconhecidas diretamente nas contas de receitas de serviços prestados a pacientes do SUS.
- g) Não existem saldos de ativos e/ou passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à contabilização de ajustes a valor presente.



h) A preparação das Demonstrações Contábeis requer que a Administração, em determinadas situações, efetue estimativas ou adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os valores reais podem, eventualmente, divergir daqueles estimados.

6. SEGREGAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

De acordo com o artigo 33 da Lei nº. 12.101/09 cabe à entidade manter escrituração segregada por área de atuação, tais como: educação, saúde e assistência social, além de outras atividades associativas, de modo a evidenciar as receitas, os custos e as despesas por área. A Vila São José Bento Cottolengo concentra suas atividades operacionais exclusivamente no campo da saúde. Assim não existe a necessidade de outros detalhamentos exigidos pela lei.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam os recursos em moeda corrente, contas bancárias e aplicações financeiras em fundos de investimentos, principalmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Estão atualizadas até a data do balanço.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	7.052	3.613
Bancos conta movimento	230.739	569.816
Aplicações financeiras de liquidez imediata sem restrição	7.549.460	8.511.792
	<u>7.787.251</u>	<u>9.085.221</u>

8. CONTAS BANCÁRIAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Referem-se a recursos recebidos de convênios com órgãos públicos estaduais e federais, para a aplicação no custeio e investimentos no imobilizado. São aplicações realizadas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, remuneradas às taxas normais de mercado e estão atualizadas até a data do balanço.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e contas bancárias vinculadas	94.736	29.377
Aplicações financeiras vinculadas	8.999.185	14.665.177
	<u>9.093.921</u>	<u>14.694.554</u>

9. CONTAS A RECEBER

As contas a receber são registradas pelo valor de realização. Referem-se a direitos a receber do SUS, operadoras de Planos de Saúde e particulares, por serviços prestados a pacientes atendidos ou internados.

A provisão da estimativa de perda de atendimentos prestados a pacientes do SUS é constituída de valores cujo atraso no recebimento é superior a 180 dias.

	2021	2020
Serviços prestados a Pacientes do SUS	6.626.332	7.341.975
Serviços prestados a Planos de Saúde e particulares	168.798	144.164
(-) PECLD	<u>0</u>	<u>(3.326.031)</u>
	<u>6.795.130</u>	<u>4.160.108</u>

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e medicamentos estão registrados pelo custo médio de aquisição, não superior ao valor de mercado. Compreende também materiais em consignação. Neste exercício foi registrado o valor de doações recebidas da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, Órtese, Prótese e Aparelhos Auditivos. O valor recebido de R\$ 506.859, foi contabilizado como estoque e receitas a realizar. A previsão de consumo desses itens vai para o próximo exercício de 2022 de acordo com o plano operativo. O consumo mensal será contabilizado como custo e reconhecido como receita (NE 17). Durante o ano foram realizados inventários dos medicamentos e materiais com os ajustes aprovados pela diretoria. A auditoria acompanhou o planejamento e os relatórios de fechamento dos inventários.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gêneros alimentícios	193.664	185.691
Materiais de manutenção	584.826	555.490
Materiais de lavanderia	0,00	4.858
Materiais gerais	105.933	128.953
Materiais Aparelhos Auditivos	163.485	24.146
Materiais de órtese e prótese	550.122	563.946
Material hospitalar	275.156	364.419
Medicamentos gerais	312.975	416.312
Nutrição e dietética	121.342	742.893
Materiais de EPI	350.452	884.475
Materiais de higiene e limpeza	308.335	745.181
Uniformes e enxovais	463.982	511.670
Bovinos	191.000	171.000
Estoque em consignação	0,00	176.641
Estoque em poder de terceiros	<u>(170)</u>	<u>(1.127)</u>
	<u>3.621.102</u>	<u>5.474.548</u>

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER DE CURTO PRAZO

Saldo representado por valores de curatela a receber, adiantamentos a fornecedores e outras contas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Curatela	3.289.011	2.068.642
Adiantamentos a fornecedores	51.247	230.893
Outras contas a receber	732.870	127.909
	<u>4.073.128</u>	<u>2.427.444</u>

12. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Corresponde a bens recebidos em doação e ao depósito atualizado da contribuição do PIS sobre a folha de pagamento. A Vila está discutindo judicialmente a isenção da contribuição para o PIS sobre a folha de pagamento. O valor da contribuição calculado mensalmente é depositado em juízo. Já foi julgada a inexigibilidade do PIS quanto aos fatos geradores ocorridos até a vigência da Lei nº. 12.101/09, condenando a União a restituir os valores recolhidos no período de 08/1999 a 06/2006, o que ainda não ocorreu.

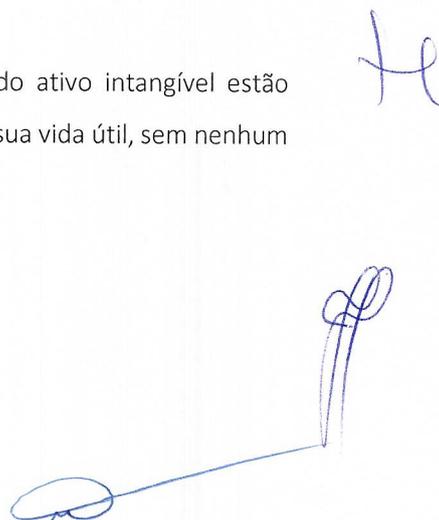
Os assessores jurídicos da Vila consideram remota a possibilidade de perda da ação. A reversão da provisão será feita quando da liberação desse valor depositado em Juízo.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bens recebidos em doação	165.455	75.142
Depósito judicial contribuição do PIS	2.198.689	2.112.197
	<u>2.364.143</u>	<u>2.187.339</u>

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou formação. A Vila possui controle individual dos bens. A depreciação é feita com base na vida útil dos mesmos e limitada ao custo de aquisição ou formação.

Para a administração da Vila os bens do ativo imobilizado e os direitos do ativo intangível estão registrados por valor não superior ao valor recuperável pelo uso, ao longo da sua vida útil, sem nenhum indicador de perda do seu valor recuperável (impairment).



A movimentação do ativo imobilizado no período foi a seguinte:

<u>Imobilizado</u>	<u>Saldo em</u>		<u>Taxa</u> <u>%</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	
Bens imóveis			
Edificações	16.344.065	15.931.453	4
Terrenos	5.225.600	5.225.600	
Construções em andamento	6.799.739	4.505.539	-
	<u>28.369.404</u>	<u>25.662.592</u>	
Bens móveis			
Veículos	998.240	705.637	20 e 25
Móveis e utensílios	2.063.268	1.846.641	10
Máquinas e equipamentos	2.243.300	2.137.107	10
Equipamentos agrícolas	104.798	190.498	25
Equipamentos de informática	1.335.816	1.260.693	20
Equipamentos hospitalares	7.103.423	6.132.417	10
Semoventes	16.050	16.050	20
	<u>13.864.895</u>	<u>12.289.043</u>	
	42.234.299	37.951.635	
(-) Depreciações	<u>(14.747.444)</u>	<u>(14.105.487)</u>	
TOTAL	<u>27.486.855</u>	<u>23.846.148</u>	

A movimentação do ativo intangível no período foi a seguinte:

<u>Intangível</u>	<u>Saldo em</u>		<u>Taxa</u> <u>%</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	
Marcas e patentes	5.765	5.765	-
Software	887.333	887.333	-
Direito de uso de software	54.950	54.950	-
(-) Amortização	<u>(912.185)</u>	<u>(851.576)</u>	20
TOTAL	<u>35.863</u>	<u>96.472</u>	

14. FORNECEDORES DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS E SERVIÇOS

Valor devido a fornecedores de materiais/medicamentos, serviços de médicos, clínicas, laboratórios e outros profissionais. Não estão sujeitos a encargos financeiros.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores de materiais, medicamentos e serviços	2.982.530	2.655.854
Fornecedores consignados	0	176.641
	<u>2.982.530</u>	<u>2.832.495</u>

15. SALÁRIOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

As obrigações trabalhistas correspondem a salários a pagar e provisão de férias.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários a pagar	1.444.918	1.395.300
Provisão de férias e encargos	2.339.144	2.115.837
Outros valores a pagar	85.617	73.991
(-) Adiantamentos de férias pagos	<u>(183.411)</u>	<u>(185.066)</u>
	<u>3.686.268</u>	<u>3.400.062</u>

Os encargos sociais correspondem a contribuições previdenciárias a recolher, FGTS a recolher, contribuição para o PIS, Imposto de Renda retido na Fonte e contribuição sindical de empregados. A contribuição para o PIS está sendo discutida judicialmente, mesmo ainda sem decisão definitiva reconhecemos na receita neste exercício com base e informações de nosso Jurídico. O valor provisionado foi depositado em juízo (Nota explicativa 12).

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contribuições para o INSS	166.836	138.970
Contribuições do FGTS	256.917	226.388
Contribuição do PIS sobre a folha de pagamento	0	2.112.197
Imposto de Renda Retido na Fonte	141.088	121.042
Contribuição sindical de empregados	<u>2.562</u>	<u>3.045</u>
	<u>567.403</u>	<u>2.601.642</u>

16. CONVÊNIOS

São recursos recebidos do Governo Estadual, Federal e da Organização das Voluntárias do Estado de Goiás, para aplicação no custeio, reaparelhamento e investimentos em obras na Vila. O valor ainda não utilizado é mantido em contas bancárias e aplicações financeiras vinculadas (Nota 08). As prestações de contas são apresentadas regularmente aos órgãos convenientes.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ministério da Saúde - Secretaria de Estado da Saúde	10.712.430	15.814.107
Ministério da Saúde PRONAS	17.560	17.129
AGEHAB - Cheque Moradia	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
	<u>10.739.990</u>	<u>15.841.236</u>

17. SUBVENÇÕES E DOAÇÕES RECEBIDAS A REALIZAR

Corresponde ao saldo de doações/subvenções recebidas de órgãos públicos para aquisição de bens do imobilizado. A receita é reconhecida mensalmente no mesmo valor da depreciação dos bens adquiridos,



levada a resultado. O valor apropriado neste exercício como receita foi R\$ 681.314 (Nota 19). Este procedimento está de acordo com NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais do Conselho Federal de Contabilidade.

Neste exercício foi registrado o valor de doações recebidas da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, Órtese, Prótese e Aparelhos Auditivos. O valor recebido de R\$ 506.859, foi contabilizado como estoque e receitas a realizar. A previsão de consumo desses itens vai para o próximo exercício de 2022 de acordo com o plano operativo. O consumo mensal será contabilizado como custo e reconhecido como receita (NE 10).

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas a realizar	<u>8.648.006</u>	<u>10.400.673</u>

18. EMPRÉSTIMOS DA AFIPE

A Vila, em razão de dificuldades financeiras provocadas pelo atraso no recebimento de serviços prestados a órgãos públicos em 2015, 2016, 2017 e 2018 recebeu recursos da AFIPE, entidade coirmã, no montante de R\$ 11.100.000. A Vila reconheceu o recebimento desses recursos e registrou no passivo não circulante, mas não reconhece encargos porque até 31.12.2021 não foi formalizado nenhum acordo ou contrato prevendo prazo para pagamento e os encargos, se houver.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Longo prazo		
Valor dos empréstimos obtidos entre 2015 e 2018	<u>11.100.000</u>	<u>11.100.000</u>

19. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Vila recebeu doações e subvenções de vários doadores durante o exercício de 2021, que foram contabilizadas como receita:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
SANEAGO	605.625	467.877
ENEL /CELG	909.972	803.023
Curatela	3.860.346	3.591.585
Doações em espécie	5.742.468	4.613.605
Doações MAT/MED, gêneros alimentícios, gado e outros	8.286.957	3.331.799
Apropriação de doações/subvenções de órgãos públicos para aquisição de bens do imobilizado	681.314	640.449
	<u>20.086.682</u>	<u>13.448.338</u>

20. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

A Vila possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS – SAÚDE) e atende todos os requisitos legais para a isenção das contribuições patronais do INSS, do PIS e da COFINS, que foram contabilizadas como receitas, despesas e em contas de compensação, não gerando aumento ou redução no patrimônio líquido.

Os valores relativos às isenções dessas contribuições sociais em 2021 e 2020 são os seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contribuição previdenciária - patronal	7.450.479	6.816.786
PIS s/folha de pagamento	1.753.579	233.755
COFINS	1.885.378	1.574.424
Total	<u>11.089.436</u>	<u>8.624.965</u>

21. PASSIVOS CONTINGENTES

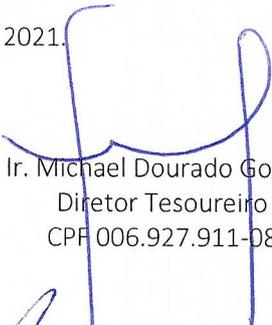
A provisão para contingências cíveis e trabalhistas é constituída com base nas informações dos assessores jurídicos.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Vila adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, portanto não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Trindade, 31 de dezembro de 2021.


Pe. Marco Aurélio Martins da Silva
Diretor Presidente
CPF: 866.394.391-15


Ir. Michael Dourado Goulart
Diretor Tesoureiro
CPF 006.927.911-08


Jacy Soares Pereira
Contador – CRC-GO 13703/O-5
CPF 360.727.611-00

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO, declara que tendo examinado as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, bem como o Relatório das Atividades realizadas no período, é de PARECER que essas peças contábeis devam ser aprovadas pela Assembleia Geral.



Pe. João Bosco de Deus
Presidente



Pe. Frederico Hozanan de Pádua
Conselheiro



Pe. Bráulio Roger M. Nunes Pereira
Secretário